



ISSN: 2230-9926

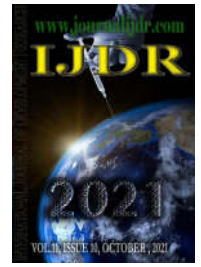
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 10, pp. 50774-50781, October, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22992.10.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: A FORMAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA DE PROGRESSO

*Fernando Roberto de Freitas ALMEIDA

Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Associado do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade Federal Fluminense

ARTICLE INFO

Article History:

Received 10th July, 2021

Received in revised form

19th August, 2021

Accepted 15th September, 2021

Published online 23rd October, 2021

Key Words:

Desenvolvimentismo.

Revolução de 1930.

Modernismo. Conservadorismo.

*Corresponding author:

Fernando Roberto de Freitas ALMEIDA,

ABSTRACT

O Brasil foi um dos países de maior crescimento econômico em todo o mundo, ao longo do século XX, evoluindo de uma posição de pouco destaque no sistema internacional, para a de detentor de uma sociedade altamente urbanizada e com um dos maiores parques industriais mundiais. Em grande medida, essa evolução resultou da implantação, de modo relativamente rápido, de um projeto modernizante, gestado nas maiores cidades, a partir de discussões assentadas num choque de ideias, originalmente baseado em influências de autores estrangeiros, destacando-se os de matriz positivista. Devido à resistência dos setores tradicionais, o processo não foi pacífico e seu maior símbolo é a Revolução de 1930, culminando os debates que caracterizaram o Modernismo brasileiro. Esse impactante movimento político irá abarcar não só as instituições políticas e econômicas brasileiras, mas também a arte, a cultura e a própria ideia de nacionalidade. Na primeira década do século XXI, a prioridade ao desenvolvimento voltou. Na segunda década, foi derrubada e se voltou ao conservadorismo.

Copyright © 2021, Fernando Roberto de Freitas ALMEIDA. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Fernando Roberto de Freitas ALMEIDA, 2021. "Desenvolvimentismo no Brasil: a formação de uma ideologia de progresso", *International Journal of Development Research*, 11, (10), 50774-50781.

INTRODUCTION

O presente artigo procura situar, no âmbito do desenvolvimento econômico brasileiro, o que foi e continua sendo o embate entre um país arcaico, rural, escassamente alfabetizado, elitista, autoritário, e os defensores de uma nação democrática, urbana, industrializada e informada. Aqui, "sem ter de se haver com o feudalismo o regime de pura violência do capital se desenvolveu sem peias" (SINGER, 2016:9). O bloco hegemônico sustentáculo do ambiente estruturalmente conservador perdeu força ao longo do período analisado, mas nunca deixou de antagonizar os defensores de uma modernização favorável aos trabalhadores. Recentemente, este "Brasil profundo", conseguiu articular diversos agentes, expressos em bancadas parlamentares bem denominadas como "do Boi", os defensores de um agronegócio que pode ser moderno, mas também expressa o que há de mais primitivo em termos de disputas pela terra e relações com a natureza; "da Bala", os postulantes do uso da força para a "solução final" dos problemas sociais do país e, por último, mas não menos importante, a "Bancada da Bíblia", que reúne os setores mais retrógrados da sociedade, em torno de projetos de poder pretensamente religiosos. Deste modo, retomada de um ideário favorável à maioria do povo brasileiro, democraticamente eleito, desde 2002, acabou de ser apeada do poder, com as classes de renda mais alta promovendo uma reversão que trouxe retrocessos perigosos para a sobrevivência dos menos favorecidos e para o

próprio futuro do país. Como observou Silva (2017:73): "Agora sabemos que a era Collor-Itamar-FHC foi apenas um ensaio mal organizado de tudo aquilo que as elites reacionárias modernas brasileiras são capazes de fazer em curto espaço de tempo".

A Reação ao Conservadorismo na Economia e na Política: A modernidade brasileira pode ser vista como espelho ou cópia defasada da europeia, constituindo-se algo complexo, com muitas derivações.¹ Desde o final da I Guerra Mundial, apresentavam-se vários projetos de modernidade, para um novo tipo de sociedade, a construir a partir do esgotamento do anterior, do Liberalismo Econômico clássico. Havia um "bloco de poder" (POULANTZAS, 1975) constituído por "interesses agrários, agroexportadores, e interesses comerciais importadores, num contexto de feições quase coloniais. Tal bloco foi marcado pelas deformidades de uma classe que era ao mesmo tempo 'cliente-dominante'" (DREIFUSS, 1981:21). Indústrias existentes nas principais capitais brasileiras, cresceram sob tutela política e ideológica do bloco. No início da República, o poder das oligarquias rurais sugeria que o país se desmembraria, como na América Hispânica, a ponto de assustar investidores estrangeiros. Temor logo superado, por acordos de elites,

¹ Frederico Coelho ("Um Compromisso com a Alegria. A Voz dos Manifestos Modernistas, *Folha de São Paulo*, 25/1/2015) aponta para o caráter híbrido de todos os textos que propunham uma nova era para o país, ao longo dos anos 20.

mas semontou um sistema ao mesmo tempo modorrento, com previsível inércia política, e violento, por reprimir não só o povo, mas também ações divergentes dos “coronéis” do interior, opositores aos governantes das capitais, e desses ao governo central. O sistema político caracterizou-se por manipulações diversas, mantendo uma ordem baseada no poder rural. Sobre o autoritarismo vigente em todos dos estados, o deputado gaúcho Germano Hasslocher denominava o sistema parlamentar mantido pelos liberais de “sistema pra lamentar” (NETO, 2012, p.38). A “política dos governadores” caracterizava a chamada República Velha, que rangia sob a pressão de diversas contestações. Pode-se recordar que muito do que a República prometera não havia sido cumprido e, na feliz expressão de Aristides Lobo, jornalista republicano, sobre a Proclamação: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” (SILVA, 1972:87). Afinal, três meses antes da queda do Império, os votos nos republicanos alcançaram apenas 15% do total. Uma vez no poder, recebendo prontas adesões de antigos monarquistas, o novo regime garantiu a permanência de velhos pactos nas antigas províncias, renomeadas como estados. Essa permanência era vista como um estorvo à entrada do país num projeto de modernidade. Quanto àqueles acertos, Viscardi (2013) argumenta que a aliança motivadora do batismo das práticas da I República (1889-1930) como “política do café com leite” foi tão conjuntural quanto todos os demais acordos de elites da época. Logo, a urbanização e a industrialização que avançavam no país, e se beneficiaram do episódio da I Guerra Mundial, demandando cada vez mais trabalhadores, traziam tensões, de que os anos de governo sob Estado de sítio, de Arthur Bernardes (1922-1926) são exemplares. Supõe-se que as referências da imprensa, quanto aos acordos que levaram aos governos de Arthur Bernardes e de Washington Luís (1926-1930) que declarou “a questão social é um caso de polícia” sejam a origem da denominação dada àquele padrão de práticas políticas. Não se encontram citações anteriores à “política do café com leite” em lugar algum. Durante a Era Vargas (1930-1945), o epíteto seria uma forma de desqualificar o período anterior. Desde então, foi consagrado na literatura. Pesquisas referentes às eleições da Primeira República apontam que não houve a exclusividade de paulistas (café) e mineiros (leite) no governo federal². O ambiente político era matizado com outros quatro estados de certa relevância: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, como apontou Viscardi (2013). Eram fornecedores de uma elite política compacta, com economias fortes para os padrões da época. Tornando a esfera das decisões sobre política ainda mais complexa, o Exército influenciava sobremaneira, sempre se vendo como um tutor da República, que ele mesmo instalou. A contestação à ordem oligárquica dava-se de várias formas. Ocorreu no meio cultural, e sempre se cita a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Ocorreu no meio militar, com os tenentistas, movimento de classe média, simultaneamente à apresentação de propostas alternativas ao capitalismo vigente no país, como a criação do Partido Comunista, em 1922. Movimentos populares igualmente reagiam, mas sem condições de se manifestarem amplamente, tornando-se mais conhecidos da sociedade e um movimento anarquista ativo aparecera nos grandes centros em que a indústria crescera, até ser fortemente reprimido. Evidentemente, o gigantismo do território brasileiro dificultava – e ainda dificulta – articulações políticas populares. Entre as elites, surge a Reação Republicana, apoiadora do político fluminense Nilo Peçanha, opositor da candidatura oficial do mineiro Arthur Bernardes, afinal vitorioso. Como observou Ferreira (2013), a Reação representava a busca de um eixo alternativo de poder pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, e Pernambuco, com apoio do Distrito Federal, entidade incrustada no estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, nova cisão levaria à queda daquela ordem e à criação de um novo regime. Vianna (2013, p.177) comenta:

Como entender a Revolução de 1930 oitenta anos depois? O movimento abordou vários períodos, foi severamente contestado,

reprimiu brutalmente seus opositores, ganhou o apoio da classe operária e transformou a economia e o modo de fazer política no país. Aparentemente contraditório, assim como seu principal líder, Getúlio Vargas (1882-1954) ele abriu novo período da História do Brasil sobre o qual ainda há muita coisa no ar.

Os revoltosos de 1930 agregavam simpatias diversas, com ideias difusas para as reformas necessárias ao lado progressista da sociedade. Alguns valores eram comuns, como será mostrado a seguir. Embora o movimento fosse visto por alguns como um golpe de Estado (característica que pareceu ter no Rio de Janeiro, com *ultimatum* ao último presidente da República Velha, que recusou renunciar), os embates armados, seu caráter multifacetado e as fortes mudanças que acarretou justificam a permanência e a solidez do nome “Revolução” a ele atribuído. De fato, na então capital federal, houve a aparência de um golpe militar típico, o que chegou a preocupar as lideranças civis, que se deslocavam para conflagrações em vários pontos do país. Aguardava-se um violento confronto entre tropas federais e revolucionárias, na cidade paulista de Itararé, afinal evitado, episódio que entrou para a crônica política e o anedotário nacionais. Demier (2013, p.53) se apropria da análise gramsciana para esse período, a referência a que a burguesia, nos países avançados, além de ser uma classe dominante, precisaria ser uma classe dirigente, buscando “submeter a seu projeto político nacional o restante do conjunto social”. Seria uma dominação de tipo hegemônica, com uma ou mais frações burguesas, que conseguissem dirigir não apenas os outros setores proprietários, mas também “e principalmente, as ameaçadoras classes subalternas”. Essas pareciam silenciosas, por seu escasso acesso aos meios de comunicação. O movimento da cultura brasileira, em todos os campos, era predominantemente letrado, “vindo do alto, encobria a silenciosa cultura de homens comuns, até hoje de difícil recuperação, já que sequer encontrava formas de expressão e de registro duradouros” (SALIBA, 2012, p. 264). Uma imensa massa vivia excluída da sociedade que se queria modernizar.

As classes médias registravam, em alguns setores, as mudanças no tempo. Em 1926, os tenentes haviam divulgado um Programa – que Darcy Ribeiro (1985) considerou “pífio”. Lopez e Mota (2008, p.631-2) reproduzem o documento:

Somos contra: os impostos exorbitantes, a incompetência administrativa, a falta de justiça, a mentira do voto, o amordaçamento da imprensa, as perseguições políticas, o desrespeito à autonomia dos Estados, a falta de legislação social, o estado de sítio. Somos a favor: do ensino primário gratuito, da instrução profissionalizante e técnica, da liberdade de pensamento, da unificação e autonomia da justiça, da reforma da lei eleitoral e do fisco, do voto secreto obrigatório, da liberdade sindical, do castigo aos defraudadores do patrimônio do povo e aos políticos corruptos e do auxílio estatal às forças econômicas.

Com efeito, tratava-se de uma plataforma modernizante, mas facilmente inserível num ideário liberal progressista. Sua última referência, porém, ao “auxílio estatal às forças econômicas” já delimita um novo campo.

Organização das Ideias contra o Conservadorismo: Este texto discutirá quem e como eram os agentes envolvidos naquela transição, expressão da modernidade brasileira, em que se veio a definir um padrão que o país seguiria por seis décadas, o Desenvolvimentismo, bem como suas visões de mundo, especialmente na temática econômica. Afinal, se há um período na história brasileira em que se pode supor um procedimento antropofágico na economia é este, com a gestação de algo novo a partir do antigo importado: a criação de um projeto com características locais, com a dissolução do antigo, a incorporação e o processamento de um outro modelo, mais tarde denominado Nacional-Desenvolvimentismo. Fausto (1997:66) questiona se, como a burguesia brasileira, de fato, era incapaz de promover seus interesses de classe, “tendo ocorrido o patrocínio destes ‘do alto’, pela ação relativamente autônoma e substitutiva do Estado”, não obstante a formação “estranha às ideias industrialistas”, os quadros políticos que vinham-se preparando, no processo que levaria à Revolução de 1930, teriam formulado um programa de

²Minas Gerais, efetivamente, tinha poder em razão de sua grande bancada parlamentar, a maior do país, com 37 deputados, além de deter cerca de 20% da produção nacional de café, o mesmo percentual do estado do Rio de Janeiro, ficando São Paulo com 55%.

desenvolvimento, “em última análise em benefício da fração de classe, sob o impacto da crise mundial”. Afinal, segundo o autor (1997:69):

A Revolução de 1930, seja sob a forma direta de intervenção da fração de classe, seja sob a forma mediada de uma “revolução do alto”, não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política. Isso não elimina certas conexões entre o processo de industrialização e o episódio revolucionário [...]

As políticas econômicas que caracterizaram o Desenvolvimentismo estavam baseadas na premissa de que a industrialização teria de ser o futuro do país, para se tornar mais próspero e permanecer coeso e soberano. Tal visão era apoiada pelos militares. Bastante atrasado em relação aos países centrais, sem poupança privada de que pudessem derivar os investimentos necessários e, ainda por cima, possuindo grande contingente de analfabetos, com um meio rural que ainda motivava discussões sobre a existência de um “feudalismo no campo”, o país não estava, de fato, preparado para a empreitada. Não pela estrita via do mercado. Visões conservadoras nunca deixaram de se manifestar e, no mínimo, garantiram que um tipo de relacionamento não abertamente conflituoso com a principal potência continental, e mundial, os EUA, fosse adotado. Como registrou Marini (1974) a burguesia brasileira poderia não se incomodar em aceitar o papel de “sócio menor”, em suas alianças com capitais estrangeiros. Para tanto, como explicou Zibechi (2012:47) Marini utiliza o conceito de “cooperação antagônica”, para descrever a relação entre a superpotência hegemônica e elites de um país dependente com desenvolvimento médio.

Como apontou Demier (2013:45),

[...] complexos fenômenos histórico-sociais, como Estados, regimes e governos, não costumam ser dotados de uma natureza quimicamente pura. Com efeito, Estados e, principalmente regimes e governos encerram conteúdos quase sempre combinados, e é a predominância – determinada pelo caráter da luta entre as classes – de alguns de seus componentes sobre os demais que nos permite arriscar formulações teórico-analíticas mais próximas da realidade concreta. Desse modo, regimes democrático-burgueses, nos quais os elementos democráticos se mostram, logicamente, majoritários, podem, por vezes, conter elementos bonapartistas (residuais ou em levedação) em proporção inferior àqueles, o que é possível ser percebido quando observamos democracias liberais que apresentam aspectos como: uma exagerada força do Poder Executivo e da burocracia na condução do país, uma vida politicamente fleumática do Parlamento e de seus partidos; uma participação quase incontinente das Forças Armadas nos assuntos políticos; severas limitações às atividades sindicais e políticas da classe trabalhadora, assim como restrições aos grupos burgueses opositoristas; uma postura carismática do líder nacional perante as massas populares, etc.

Essa situação mostrava alternativas, sabendo-se que qualquer das opções marcaria o país para sempre. Era um momento em que múltiplos projetos de modernidade se ofereciam, como o liberalismo político, a economia planificada denominada como socialista e diferentes formas de dirigismo estatal, de base corporativa, da qual a primeira foi o fascismo italiano.³

Face ao tratamento a ser dado a investimentos estrangeiros em itens básicos, questão fundamental numa economia agroexportadora periférica. Vargas afirmou, em discurso proferido em 1931:

Não sou exclusivista nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro a empregar-se no desenvolvimento

da indústria brasileira, sob a forma de empréstimos, no arrendamento de serviços, concessões provisórias, ou em outras múltiplas aplicações equivalentes [...] Mas quando se trata da indústria do ferro [...]; do aproveitamento das quedas d'água, transformadas na energia que nos ilumina e alimenta as indústrias de guerra e de paz; das redes ferroviárias de comunicação interna [...]; quando se trata, repito, da exploração dos serviços de tal natureza, de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema da defesa nacional, não podemos aliená-los, concedendo-os a estrangeiros, e cumpre-nos providentemente manter sobre eles o direito de propriedade e domínio.

Uma das referências sempre citadas, como um “berço esplêndido”, era a terra. O extenso território, com distribuição da propriedade extremamente desigual, levaria o pensamento reformista, em geral de esquerda, a demandar uma reforma agrária. O conservadorismo buscaria a manutenção do *status quo*, mas promovendo uma “modernização conservadora”.⁴ A reforma agrária esteve em pauta por décadas e foi uma das reformas anunciadas por João Goulart, sendo a única não executada pela ditadura civil-militar,⁵ de 1964 a 1985, evidentemente em razão do sólido apoio político dos fazendeiros a todos os governos conservadores. A mão de obra poderia ser tratada só como fator de produção abundante e barato, um imenso contingente que seria mobilizado para a ocupação do território, ou, alternativamente, como seres humanos vulneráveis, que o Estado precisaria proteger. Cabe destacar que o estado mais avançado em legislações sociais era justamente o Rio Grande do Sul, de onde sairia a liderança civil da Revolução de 1930.⁶ O fato de se configurar num grande mercado consumidor potencial estava presente em todas as expectativas. A base de recursos naturais, abundantes, em razão do porte do país, como o quarto maior território contínuo do mundo, propunha discussões acirradas. Parte das elites concordava com a visão liberal da viabilidade de dependência do controle externo⁷, pelas vantagens comparativas, mas ainda sem *aexpertise* para explorá-la (no que era apoiada por estudos de técnicos estrangeiros). Outros apostavam que o poder estatal não apenas serviria para disciplinar o setor da mineração mas, também, sendo o caso, intervir diretamente na extração e distribuição. A Petrobras é o maior exemplo, com a polarização em sua criação, em pleno período desenvolvimentista, no segundo governo Vargas (1951-1954).

Como registraram Benjamin *et al.* (1998, p.25):

Depois de 1930, com a opção desenvolvimentista, o Brasil chegou a sentir-se portador de um projeto, pois logrou forjar com certa clareza uma imagem do seu passado (base produtiva agrícola, população rural, território integrado). Entre 1938 e 1980, nossa produção industrial foi multiplicada 27 vezes, em um ritmo não igualado por nenhum outro país. No fim desse

⁴ Teve grande impulso com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, o SNCR, em 1967 e, seis anos depois, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, projetos dos governos militares, dirigidos por homens que haviam participado de algum modo das discussões do Desenvolvimentismo e que mantiveram, em linhas gerais, aquele projeto. Daí vem o moderno agronegócio.

⁵ Como conceituada por Dreifuss (1981).

⁶ “[...] a Constituição republicana rio-grandense de 1891, de forma pioneira no continente americano, estendia aos chamados ‘jornaleiros’ (operários diaristas que, em geral, prestavam serviços braçais ao estado) as mesmas vantagens gozadas pelo funcionalismo público da máquina burocrática. Borges de Medeiros, em legislação complementar, estendera a esses mesmos trabalhadores alguns direitos fundamentais, como as férias de trinta dias, a licença remunerada para tratamento de saúde e o auxílio funeral – algo de inegável significado social em um país que, poucos anos antes, ainda vivia sob a chaga da escravidão.” (NETO, 2012, p.168-9)

⁷ O debate entre Roberto Cochrane Simonsen, empresário nacionalista, engenheiro considerado como economista, sociólogo e historiador, e o advogado economista liberal Eugênio Gudim, para quem até o clima impediria que o país se desenvolvesse (*Análise de Problemas Brasileiros 1958-1964*, de 1965), é emblemático. Simonsen foi propagador no Brasil das ideias intervencionistas do economista romeno Mihail Manoilescu, cujo livro *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*, publicado em 1929, ele traduziu, em 1931.

³ Seguiram-se os corporativismos católicos de Portugal, salazarismo e Espanha, franquismo, além do regime nazista alemão. Eram todos modernidades alternativas. A economia planificada não poderia ser considerada.

período, quando instalamos os setores de bens de capital e de grandes insumos básicos e constituímos os embriões das indústrias de informática e de produção aeronáutica, passamos a contar, em nosso território, com quase toda a base industrial então existente no mundo, articulada em um sistema complexo e versátil, embora portador de fraquezas e contradições [...]

Costuma-se considerar que, *grosso modo*, de 1930 a 1990, os governos se inseriram num quadro marcadamente desenvolvimentista, como fica claro com a inflexão feita por Vargas na política externa, abandonando a antiga diplomacia do Setor Primário, analisada por autores como Clodoaldo Bueno e Amado Cervo (2008) e Paulo Roberto de Almeida (2001). Gambini (1978) mostra como o presidente articulou essa política às necessidades da economia, barganhando com os EUA e o III Reich, que chegou a se tornar o maior parceiro comercial do país (ALMEIDA, 2008). Novo deslocamento dos EUA como maior parceiro comercial só viria a ocorrer no governo Lula, com a ascensão chinesa no sistema internacional.⁸

Assim, Fonseca (2013) sistematiza as origens do Desenvolvimentismo, vendo sua primeira expressão quando Vargas assumiu o governo gaúcho, em 1928. Ali, quatro vertentes não são mais apresentadas como propostas, segundo o autor, mas já “como medidas que o governo começa a introduzir” (2013:45). Essas vertentes comporiam um fenômeno novo:

[...] ao abandonar os princípios do orçamento equilibrado e da parcimônia em relação ao crédito e aos empréstimos e, inclusive, ao defender o aumento cada vez maior da presença do Estado na organização dos produtores e dos trabalhadores, fatalmente não se pode mais falar em positivismo. As regras moralistas “conservar melhorando” e a evolução gradual do progresso vão sendo substituídas ou adaptadas para se conciliarem com o objetivo maior do desenvolvimento. Este vai-se tornando um fim em si mesmo – esquecem-se os velhos dogmas em prol das exigências impostas pela “complexidade da vida social” ou seja, novas ideias eram necessárias, pois estava-se em uma nova época. O desenvolvimentismo, com isso, constrói sua imagem de modernidade e contemporaneidade, propondo-se inserido à frente de seu tempo.

O autor distingue dois planos para a identificação do projeto, o das ideias e o das políticas econômicas, que não estão dissociadas do primeiro. Nas ideias, identifica-se o “núcleo duro” da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo, que se espalha por um amplo espectro ideológico. Tais discussões também se davam no meio militar, majoritariamente favorável à industrialização, que garantiria recursos facilitadores da manutenção da soberania do país. Isto persistiu pelas décadas seguintes.

No plano das políticas, há a questão de definir quando um governo se torna “desenvolvimentista”. Ocorre quando, “como toda boa ideologia, passa a justificar a si mesmo, ou seja, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do crescimento econômico...” (2013, p.23).

No que se refere à ideologia, como analisou Cardoso (1978, p.76):

A ideologia, como integrante da estrutura, se compõe de sistemas de ideias e de suas atualizações, institucionalizadas ou não. Estas atualizações se fazem no plano do concreto e, como toda ação, resultam, de um lado, das ideias que os homens constroem sobre as condições objetivas de sua vida, e por outro lado, destas condições mesmas. Sabemos que a ideia de uma realidade não é o puro reflexo desta realidade. Sabemos, também, que as ideias não são o puro resultado de outras ideias, nem processo que não teria conexão com o real, em que as ideias surgem, se desenvolvem e encontram aplicação. A ideologia,

como formação, as ideias são um produto, e é necessário caracterizar a sua produção: os meios, os fatores e os agentes da sua produção.

Como registrou Malaguti (2008: 139):

Considerando que as políticas estatais têm poder vital na regulação das atividades econômicas, determinando o funcionamento do sistema como um todo, e que elas são definidas a partir do arcabouço teórico predominante num determinado período, torna-se fundamental conhecer e entender a evolução dessas correntes de pensamento dominantes, assim como entender como influenciam cada momento. Um ponto importante a ressaltar é que os modelos econômicos usados nas teorias dominantes não mostram o Estado como parte do jogo no qual os agentes privados se encontram, mas, apenas, como um “mal necessário” ao sistema, que deve ter suas funções minimizadas, mesmo naquelas teorias em que a intervenção estatal é defendida. Assim, o Estado é visto como um agente exógeno à dinâmica do capitalismo. Entretanto, a história mostra que a separação desses dois agentes depaupera a análise econômica, podendo gerar equívocos, dada a inter-relação e a interdependência entre ambos. Essa separação, portanto, esconde os estreitos laços que existem entre a economia e o Estado, ou entre o político e o econômico, que podem ser vistos na análise histórica desde a formação dos Estados nacionais e o estabelecimento do modo de produção capitalista

Pode-se ver, então, como foi gestada a ideologia do Desenvolvimentismo, a partir da incorporação de concepções diversas, que resultou num projeto nacional coerente. Outros países da América Latina conheceram experiências semelhantes, mas quem melhor definiu e desenvolveu este projeto foi o Brasil. É interessante a referência feita ao caso brasileiro por ninguém menos do que o presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt, em sua visita ao país: “Foram duas pessoas que inventaram o New Deal – o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos” (RIBEIRO, 2001, p.147-8). Registre-se que “A visita de Roosevelt não alterou em nada os movimentos pendulares da política externa brasileira” (NETO, 2013: 271).

O Desenvolvimentismo é usualmente associado à Comissão Econômica para a América Latina, Cepal, criada em 1949, em razão do considerável aporte teórico⁹ produzido por esta instituição da Organização das Nações Unidas, e aos governos dos anos 1950, de Vargas e Juscelino Kubitschek. Contudo, tem raízes mais antigas, como se comenta aqui.

Haveria, em conformidade com Fonseca (2013) quatro correntes antecessoras do Desenvolvimentismo pois, além das três anteriormente mencionadas, o Positivismo tem que ser considerado. Esse conjunto é que permite criar o fenômeno novo. Analisando-os, vê-se que:

- a) o nacionalismo é o mais antigo; surge no período colonial, contra a metrópole, mas com as elites locais usando seus conceitos políticos, visto que os povos originários não tinham como se expressar e seu universo mental é distinto, além de os escravos estarem fortemente submetidos, procurando preservar os valores de suas nações de origem, mesclando-os aos de seus dominadores. Com a independência, as elites brancas criaram um império tropical, entendendo que os brancos poderiam ser todos iguais, diferenciando-se entre si pelo nível de renda. A própria existência do escravismo, numa economia capitalista

⁹ A Cepal localizou-se em Santiago do Chile e foi primeiramente dirigida por seu criador e ex-presidente do Banco Central da Argentina, Raúl Prebisch. Formulou a única escola de pensamento econômico surgida na América Latina, o Estruturalismo, criticando a visão clássica da divisão internacional do trabalho. Assim, forneceu farto material para orientações desenvolvimentistas, bem analisadas e difundidas no Brasil pelo economista paraibano Celso Furtado.

⁸ Num contexto de acentuada reprimarização da economia brasileira.

liberal, servia para manter unida esta elite. Economicamente, o nacionalismo e o liberalismo não se opuseram e o considerado primeiro economista brasileiro, o Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa¹⁰, seguia Adam Smith. Tardou definir aqui uma nação e Alberto Torres, com seu livro “*O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de organização nacional*”, de 1914, destacou-se, bem como se destacaram os esforços de Manoel Bonfim. No Rio Grande do Sul, onde o ideário positivista mais avançou (ainda que de modo adaptado, como mostrava a falta de respeito ao princípio da liberdade de imprensa) “nos textos oficiais produzidos pelo governo estadual, a palavra ‘progresso’ que fizera par ao termo ‘ordem’, na velha divisa positivista, foi aos poucos sendo substituída por outra, de sonoridade mais contemporânea: “desenvolvimento.” (NETO, 2012:288);

- b) a defesa da indústria teve precursores, como os ministros Alves Branco e Rodrigues Torres, no Império, além do Visconde de Mauá, mas se tornou ativa no fim do século XIX. Antônio Felício dos Santos, com um manifesto em 1882, é citado por Fonseca (2013) como um dos maiores defensores da indústria, já atacando o liberalismo como o responsável pelo *status* que o país detinha, de produtor primário estagnado. No início da República, vários intelectuais perceberam as vantagens da industrialização (Amaro Cavalcante, Aristides de Queirós, Alcindo Guanabara, Serzedelo Corrêa, Felisberto Freire e outros). A Associação Industrial do Rio de Janeiro, por exemplo, atacou o comportamento “fisiocrático” dos governantes, citando os EUA como o modelo a ser seguido. Vargas, contudo, fez leituras ecléticas, como Darwin, Spencer, Nietzsche e Taine e, como registrou Lira Neto (2012:86) “em especial Saint Simon, considerado um dos fundadores do socialismo”. O Positivismo pregava que o Estado não interviria na economia, excetuando-se casos relacionados a serviços públicos, mas, Vargas, em seu tempo de estudante, já criticava o liberalismo e defendia a necessidade de intervenção econômica. Via o Estado como um aliado do indivíduo, que deveria garantir os direitos individuais e auxiliá-lo sempre que necessário;
- c) um subgrupo que teve importância foi o dos “papelistas”, preocupados com o crédito para a industrialização, condenando a ideia de equilíbrio orçamentário dos liberais. Inovadores, anteciparam características do Desenvolvimentismo, valorizando o crédito, o déficit público e os empréstimos necessários à alavancagem. Opuseram-se aos metalistas, seguidores dos clássicos Adam Smith, David Ricardo e Jean-Baptiste Say. Foram importantes para o futuro Desenvolvimentismo, ao contestarem a conversibilidade e o papel passivo da política monetária, além de inaugurarem a concepção do Estado como um agente anticíclico. Não coincidiam, porém, com os nacionalistas e os defensores da indústria. Nem todos concordavam com Rui Barbosa, responsável pelo Encilhamento e pró-indústria (depois da crise do Encilhamento, admitiu ter subestimado o caráter ainda rural, conservador e atrasado do país). Em geral, a produção que queriam estimular continuava sendo a agrícola;
- d) a principal oposição ao Liberalismo, no fim do Império, até o aparecimento do que aqui identificamos como Desenvolvimentismo, a partir dos anos 1930, era o Positivismo. Predominava nos cursos de Direito e nas Forças Armadas, com alguma coesão e identidade por todo o país. Benjamin Constant foi seu nome mais forte e, na República Velha, tão fragmentada politicamente, os positivistas estavam em todos os estados, constituindo um grupo político *de facto*. Suas vertentes religiosas, científica, política, eram muito atuantes. Como Comte não acreditava no caráter científico da Economia Política, alternativas poderiam ser ensaiadas. A noção de que seria dever do Estado ajudar a sociedade rumo ao progresso seria fundamental para o que se aplicaria nos governos

pós-1930. Discordavam dos papelistas, sem se confundirem com os nacionalistas e com os defensores da indústria, mas eram favoráveis à diversificação da economia, algo com que muitos outros ansiavam.

É interessante lembrar, como o faz Bosi (1992:388):

No contexto de uma república ortodoxamente liberal, escorada na exportação do café, o estado do Rio Grande do Sul viveu durante quarenta anos uma política própria na qual se acentuava a interferência do Poder Executivo ao mesmo tempo que se promoviam a pequena indústria urbana, a propriedade rural familiar, o mercado interno e a estatização dos serviços públicos; medidas que despertaram a ira dos grandes proprietários de gado e exportadores de carne, líderes do Partido Liberal. A *contradição positivismo versus liberalismo oligárquico* não se esgotou na história da província gaúcha. Quando, em 1930, os líderes republicanos do Sul conquistaram o poder federal na esteira de um movimento nacional liderado por Getúlio Vargas, os mesmos ideais de industrialização e controle central encontraram maior espaço para se concretizarem. É o início do Estado-Providência brasileiro que se sustentou como pôde até o começo da década de 1990 e ora vacila sob os golpes do neoliberalismo introjetado no grupo político dominante.

A crise de 1929, com epicentro na economia estadunidense, foi um agente externo que se encadeou aos problemas nacionais. Havia uma tendência global de nacionalização das decisões, comentada por Bastos (2013) entre outros. “Como tal não é de surpreender que muitas das reações nacionais à crise se pautassem pelo repúdio ao internacionalismo cosmopolita e, em alguns casos, pelo isolacionismo chauvinista” (*op. cit.*, p.263). No Brasil, desde 1932, crises levaram a um precário “estado de compromisso” (DREIFUSS: 1981:2) em que a incipiente burguesia industrial procurava defender sua identidade frente às oligarquias antigas, afinal conseguindo-se institucionalizar a situação, com a Constituição de 1934. O fato de nenhum dos grupos envolvidos conseguir representar seus interesses particulares como os da nação acabou levando à implantação do Estado Novo, em 1937, quando o ideário dos revolucionários positivistas afinal pareceu ter sido alcançado. Vargas não apenas definiu um modelo focado na indústria. Buscando preservar elementos ligados aos setores cultos da população brasileira, preocupando-se com o caráter nacional, incluindo o elemento popular, bastante vinculado à cultura, em termos abrangentes, seu modelo também foi, mais tarde, chamado de Nacional-Desenvolvimentismo. Suas políticas para os trabalhadores criaram um modelo dentro do modelo maior, o Trabalhismo. Após 1946, inicia-se a construção de uma democracia de massas, mas logo excluindo o Partido Comunista e, no mesmo tempo histórico, surgem as grandes empresas que mais se ligariam ao projeto desenvolvimentista: as empreiteiras associadas a grandes obras públicas (1939: Camargo Correia, a maior do período ditatorial; 1944: Odebrecht; 1953: Mendes Junior). Elas construiriam as famosas “estranhas catedrais”. A partir de então, financiamentos de campanhas começaram a se entrelaçar com estas empresas e o Estado.

O velho discurso de manter-se na divisão internacional do trabalho, do século XIX, com a necessária ideologia das classes dominantes ligadas à pregação da vocação natural do país, que lhes interessava, tinha sido superado. Ocorria aqui, com quase simultaneidade com as economias centrais, a superação do pensamento econômico liberal pela orientação de influência keynesiana, mas numa economia periférica, sem agentes econômicos privados relevantes, que pudessem ser chamados a colaborar com um novo ordenamento. Tais agentes foram sendo beneficiados gradualmente pela montagem da infraestrutura pelo Estado, conforme Zibechi (2012). Politicamente, o período dos governos civis com esta preocupação foitido por “populista”, devido a traços de identificação com movimentos latino-americanos de motivação semelhante. Em grande medida, com adoção de um tipo de regime de clientela, mais voltado para eleitorados urbanos. Como aconteceu em vários países latino-americanos, buscava-se uma relação mais direta do líder com seus representados, sendo ele “quem dava substância ao partido e não ao contrário” (MARTINHO, 2004:701). A reflexão sobre o populismo

¹⁰ Conselheiro econômico do governo instalado no Rio de Janeiro, em 1808, quando se assinaram os tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, de 1809 e 1810, considerados os primeiros acordos desiguais feitos entre europeus e países periféricos do capitalismo.

foi iniciada nos anos 1950, ligada à associação com as origens dos movimentos de industrialização e modernização. Alguns entenderam que se tratava da consequência da política de massas que vinha sendo aplicada no momento de transição de uma sociedade agrária tradicional, para uma industrial moderna. Acabou se tornando um termo polissêmico, perdendo capacidade explicativa, mas adquirindo conotação pejorativa.

As velhas elites haviam sido substituídas por outras, antes reduzidas na partilha do poder, o que permitiria redefinir as bases do desenvolvimento capitalista. Frequentemente, velhas e novas elites haviam-se aliado. Vargas, efetivamente, recusara o “enriquecimento artificial das elites intermediárias do dinheiro, de um lado, e “as infecções ideológicas exóticas e dissolventes” (BASTOS, 2013:387) e tal oposição culminou no fim trágico de seu segundo governo, mas o modelo prosseguiu, pois “os conservadores que tomaram o poder no Rio de Janeiro em 1954 e 1955 não puderam destruir os projetos econômicos e sociais deixados por Vargas” (ALMEIDA, 2011:58). O período da intervenção militar, de 1964 a 1985, orientou a economia segundo a visão, anteriormente citada, de que a indústria levaria o país a uma posição destacada, em que o capitalismo associado ao centro do sistema teria uma participação expressiva do Estado. Os liberais apoiadores da ditadura logo se incomodaram com a orientação dada à economia. Isto incluiu a modernização conservadora da agricultura, pela via do emprego de tecnologias (lógica da “Revolução Verde”, defendida pela FAO), reformando paulatinamente as antigas classes detentoras da renda, que afinal viram-se livres da forte pressão pela reforma agrária, pelo uso tolerado da violência e pela expulsão da força de trabalho via mecanização. A criação do SNCR, em 1967 (a partir do qual o crédito só seria concedido a proprietários que comprovassem o uso de pacotes tecnológicos, levando à expansão de uma agroindústria dinâmica, prioritariamente voltada ao mercado externo) e da Embrapa, no governo Médici, mostram como, em meio a um projeto que pretendia ser uma via própria de superação do atraso da economia, reformavam-se as condições que permitiam manter o poder dos antigos senhores da terra. Com efeito, nos anos 1970, liberais conservadores e tecnocratas deram suporte à manutenção do projeto desenvolvimentista, levando ao maior processo de criação de empresas estatais já registrado no país, o que acabou promovendo reação contra a orientação estatizante. A partir dela, a burguesia brasileira começa a aderir ao Neoliberalismo (FIORI, 1995). A seguir, a crise econômica dos anos 1980, agravada pela política monetária americana e o esgotamento político do regime levaram ao fim, em 1985, da intervenção dos militares. Paulatinamente, o uso do câmbio entre as variáveis para a estabilização da economia foi minando o parque industrial arduamente construído. Os custos da ditadura começaram a ser analisados e o Brasil logo passaria a enfrentar pressões, cada vez maiores, para o fim do modelo, autárquico, internalizadas a partir do governo Collor, eleito em 1990, logo após a divulgação do receituário neoliberal do Consenso de Washington, de 1989.

O Neodesenvolvimentismo e o (Neo) conservadorismo

O presente artigo se iniciou com a citação de a modernidade brasileira ser retardatária em relação aos centros cíclicos do sistema capitalista e, até certo ponto, reflexa, embora se procurasse uma via própria. Observe-se que as bases do pensamento desenvolvimentista fundado no Estruturalismo cepalino também buscavam a consolidação democrática nas sociedades periféricas (RODRIGUEZ, 2009). Prosseguiu com a análise da formação e do embasamento dos grupos em disputa pela orientação política e econômica do país. Foram praticamente seis décadas voltadas a uma modernização, que ocorreu, mas com a permanência e até fortalecimento de setores conservadores poderosos. De todo modo, a *intelligentsia* brasileira agia procurando definir formulações próprias, desde os anos 1930. Em discurso de despedida do Senado, em 14/12/94,¹¹ o ex-presidente Fernando

Henrique Cardoso declarou que tinha entre seus propósitos encerrar a Era Vargas, para o quê o antecessor Fernando Collor de Mello havia se esforçado, seguindo-se um comportamento um tanto contemporizador no governo Itamar Franco. Cardoso teve dois mandatos para internalizar orientações de política econômica liberais, muitas das quais de fato não aplicadas nos países que as propunham. Contou com apoio de setores rentistas e, alegando desejar um Estado funcional, não mínimo, promoveu um vultoso programa de privatizações. Acelerou-se um processo de desindustrialização e, com o foco na estabilidade monetária, o nível de emprego despencou. Agora, as elites adotavam um receituário importado: tempos do Consenso de Washington. Os anos desenvolvimentistas foram os de maiores avanços do país, com altas taxas de crescimento do mundo, até os anos 1980. Ao entrar em crise, naquela década, chamada posteriormente de “perdida”, houve um período de acentuada inflação, extirpada apenas em meados dos anos 1990. Como citado, a prioridade havia deixado de ser o desenvolvimento, passando a ser a estabilização monetária, com o retorno a velhas propostas anteriores a 1930. A análise da política brasileira desenvolvida no período até aqui analisado mostra, de acordo com a interpretação de Singer (2018), a gestação de três correntes partidárias que sobreviveriam por décadas, persistindo na atualidade: um partido de orientação liberal, ligado às classes de renda alta e média alta (a UDN), um partido popular, base do Desenvolvimentismo (na ausência de partidos legais de esquerda, o PTB) e um partido “do interior”, representante de interesses basicamente rurais (o PSD), que oscilava entre os dois primeiros, tendo sido ele o partido constituído exatamente para preservar o velho bloco hegemônico anti-intervencionista.

Como analisado por Cervo (2008), em referência à inserção do país no mundo, podem-se considerar quatro paradigmas:

- 1) o liberal-conservador, desde a independência até 1930;
- 2) o desenvolvimentista, como uma reação modernizadora ao atraso rural (associado à urbanização, sem conseguir superar o conservadorismo estrutural brasileiro);
- 3) recentemente, refletindo as rápidas mudanças ocorridas no sistema internacional, tem-se o terceiro, o neoliberal, antinacional e destrutivo da base industrial trazida pelo Desenvolvimentismo. Suas primeiras manifestações ocorreram no vizinho Chile de Pinochet e, de forma bem mais atenuada, ganhou o mundo a partir dos governos Thatcher (“*there is no alternative*” e “a sociedade não existe, só os indivíduos existem”) e Reagan. Seu caráter antissocial levou, em poucos anos, a derrotas eleitorais em vários países, mas um forte refluxo nos movimentos sindicais não foi estancado, em razão de mudanças no padrão de acumulação capitalista. O modelo fordista/keynesiano havia sido substituído pelo toyotista/neoliberal, nos países centrais, e este se irradiou mundo afora, sempre seguindo a interdependência que o sistema foi construindo. Dardot e Laval (2016) mostram como o Neoliberalismo, a partir de então, consolidou-se como “uma nova razão do mundo”, ultrapassando os limites da Economia e se tornando uma “nova racionalidade global”.
- 4) reativamente, no Brasil, uma espécie de “novo Desenvolvimentismo” foi aplicada, como uma forma de reformismo leve. Mesmo assim, diante de imensas demandas reprimidas, foi capaz de promover, em pouco tempo, amplos efeitos sobre o mercado interno, a qualidade de vida da população e a projeção internacional do país. Como modelo/paradigma, neste campo, foi denominado como Estado Logístico e se teve, por treze anos (o paradigma neoliberal, entre nós, teria durado doze anos, abarcando os governos Collor, 1990/92, Itamar Franco, 1993/94, e Cardoso, 1995/02) condições para associar empresários industriais, agroindustriais, fazendeiros, setores do comércio e trabalhadores diversos. Com efeito, um arco montado sobre um universo de desigualdades acentuadas, que se começou a reduzir com sucesso.

¹¹ “Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravessa o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da

Isto ocorreu após a eleição de Lula. Visou-se prioritariamente à eliminação das condições de “estado de exceção permanente” em que sempre sobreviveu a maior parte da população brasileira. O “Novo Desenvolvimentismo” (ou “Social Liberalismo” para alguns, como Castelo, 2013) foi um projeto político mais voltado para o mercado interno e bafejado por bons ventos internacionais, derivados da rápida ascensão da economia chinesa. Ao lado de políticas de renda, o governo federal voltou a dar ênfase na valorização de traços culturais populares e de acordos políticos sob orientação de um Estado capaz de influenciar para um desenvolvimento com maior integração e maior incorporação das populações de renda baixa. Tais preocupações rapidamente começaram a lhe valer a pecha, como acontecera com governos populares anteriormente, de “populista”. Assim, a identificação da primeira década do século XXI e dos primeiros anos da segunda década foi feita com o conceito de “Estado Logístico”, aquele que procura recuperar instrumentos de intervenção governamental para a busca de um desenvolvimento efetivo, não mais apenas de crescimento econômico, como apontaram diversas críticas ao período do Desenvolvimentismo, focadas apenas nos aspectos ligados à economia. Viveu-se no Brasil um estancamento da “segunda era da desigualdade” (ROBINSON, 2015)¹², tendo sido a primeira aquela que começou a se encerrar com a crise de 1929 e a Grande Depressão. Para tanto, transformou-se o BNDES no maior banco de fomento do mundo e empresas estatais, como parte do arsenal das políticas do governo, como mostrou Zibechi (2012) foram fortalecidas, quando novos atores chegaram ao poder, em nível federal, desta vez, uma espécie de elite sindicalista associada a uma intelectualidade radicada em grande medida no setor público.

Pela primeira vez em sua história, diversas grandes empresas brasileiras expandiram-se por mercados externos, investimentos brasileiros despontaram no cenário internacional e ouviu-se falar em “empresas campeãs nacionais”, apetrechadas para participação ativa na concorrência global em suas áreas de atuação. Muitos estudos foram e estão sendo produzidos sobre este período recente, alguns ainda em caráter ensaístico. O golpe de 2016 igualmente obriga a que analistas das mais diversas áreas promovam um real mapeamento dos acontecimentos. Se o Novo Desenvolvimentismo estava sendo visto como um modelo de transição, é preciso aprofundar as discussões sobre o que resultou dele, que transição foi essa?¹³ Percebe-se que a ênfase do governo Dilma num retorno ao Desenvolvimentismo mais explícito (denominado “Nova Matriz Econômica” pelo ministro Mantega) não contava mais com base política para isso. As sucessivas derrotas eleitorais do partido das elites de renda, associadas a uma insatisfação difusa com demandas não atendidas plenamente pelas políticas do “Estado Logístico” levaram a um processo de desgaste do governo que, após a fase “novo desenvolvimentista”, ensaiava um projeto mais republicano. Procura-se, agora, distinguir o que seria um “Social Desenvolvimentismo” de Lula, frente a um efetivo “Novo Desenvolvimentismo” de Dilma. Neste, a prioridade à reindustrialização foi mais explicitada, voltando-se a crer no planejamento, com “desconfiança em relação às forças espontâneas do mercado, a decisão de quais setores deveriam se expandir e o papel público no financiamento dessa expansão” (SINGER, 2016:26). Isto, numa conjuntura de reprimarização, com forte pressão do agronegócio, politicamente conservador e hegemonia do capitalismo dependente paulista. Deve-se observar que os interesses de classes envolvidos nesses projetos são contraditórios, mas nem sempre antagônicos. A cultura política considera “antagônico” qualquer projeto de cunho popular, pois se tem como prática da democracia a coexistência de defesas de interesses diferentes, não distintos. Percebe-se como, historicamente, movimentos de massa não são tratados como movimentos “democráticos”, por poderem extrapolar

os limites dados pela democracia liberal, ou burguesa. São “populares” e, por isso, partidos ou tendências organizadas que os defendam são excluídos do processo e, nos tempos ditatoriais, perseguidos. Os limites do Desenvolvimentismo foram traçados desta forma. Conforme referência anterior, baseada em Singer (2018), ficou visível que o fim da ditadura militar propiciou, aos poucos, que os antigos partidos de classe média, de trabalhadores e do interior (UDN, PTB e PSD) fossem reconstituídos, como movimentos concretos, por expressarem forças reais da sociedade. Seriam hoje, respectivamente, PSDB, PT e MDB. O primeiro não tem características socialdemocratas; é liberal em economia e baseado no capitalismo dependente de São Paulo, assumindo a posição de partido da classe média. O segundo pôde incorporar muitas das forças políticas das esquerdas, antes abrigadas no MDB da ditadura e, aos poucos, converteu-se num novo “partido dos pobres”, de caráter reformista. O terceiro manteve as oscilações entre os dois primeiros, porque suas bases (como as de uma massa meio amorfa, a que se denominou “Centrão”) estão nos estados de economia rural ou agroindustrial, dependentes de quem estiver no poder federal. Contudo, numa democracia liberal, conflitos de interesses, nos limites constitucionais estabelecidos, podem ser mais equilibrados, pois:

“a maioria não proprietária de capital dispõe do sufrágio para eleger governos que, ao menos em aparência, priorizam seus interesses [...] Na democracia, os governos lidam com as limitações ao desenvolvimento com mais alternativas de intervenção, que são objeto de debate público, com a livre participação de toda a sociedade” (SINGER, 2014, p. 231).

Do mesmo modo que o ocorrido em 1964, o conservadorismo, ou liberalismo conservador, contabilizou derrotas em sucessivos pleitos presidenciais e, mais uma vez, entendeu que suas bandeiras não venceriam, em razão de os “movimentos populares” terem aumentado sua força. A prioridade às classes trabalhadoras voltou a incomodar. Associando-se ao partido da classe média (PSDB) quando identificou que, além de uma retomada do Desenvolvimentismo, o governo petista, sob Dilma, iniciou um ensaio republicano, de contensão das relações sempre existentes subterraneamente, entre as grandes empreiteiras (agora projetadas fortemente no exterior), veio o “partido do interior” (PMDB, agora MDB, cuja única força urbana existe no Rio de Janeiro). Juntos tiveram forças para a destruição do projeto que derivaria para a Nova Matriz Econômica. A solução desta vez, foi diferente, prescindindo do uso direto do aparato militar, mas com a constituição de, na prática, um “Partido da Justiça”. O conservadorismo estrutural do país retomava seu projeto de poder com forças renovadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1990, neoliberais, foram de baixo desempenho e desmonte de boa parte das cadeias industriais montadas anteriormente. Desse modo, cabe observar que, se o Brasil, encerrou o século XX como o terceiro país no mundo, em termos de crescimento econômico (medido pela evolução do PIB), havia sido o primeiro, entre 1901 e 1980. A razão desse rebaixamento é que, no período que vai de 1982 a 2000, marcado pelos anos da dificuldade de honrar compromissos da dívida externa, inflação elevada, e abertura da economia à concorrência de produtos importados, o desempenho brasileiro caiu à 93ª posição. Evidentemente, a autoestima do povo brasileiro foi abalada, voltando-se a ter a impressão de que a nacionalidade era um projeto fracassado, como se isso fosse possível. De novo, as classes dominantes locais não mostravam reação a assumirem posição subalterna no ordenamento global. Mesmo a Cepal promoveu inflexão nos anos neoliberais, propondo um “regionalismo aberto”, conceito que muitos consideraram um oxímoro. Foi um tempo identificado pelo conceito de “Estado Normal”, aquele que procura se situar de forma acomodada no sistema internacional, numa integração passiva, sem choques como centro, procurando mais cooperar com ele, do que contestá-la através da afirmação de um projeto de interesse nacional. A instabilidade financeira que se tentou resolver “deteriorou o Estado a um ponto em que a manutenção da dominação

¹² Ou a “sociedade do 1-99%”, números que expressam a extrema concentração de renda que voltou a existir com a adoção das práticas neoliberais, com a difusão e aceitação dos postulados da Sociedade MontPèlerin, criada por Friedrich Von Hayek, em 1947.

¹³ “Com demasiada frequência, o pensamento revolucionário sequer toca no problema da transição, prestando atenção apenas à abertura e negligenciando todos os atos do drama que devem se seguir” (HART e NEGRI, 2016, p. 395).

requer, como já se apontou neste texto, uma espécie de ‘exceção permanente’ (OLIVEIRA, 2018: 112). Voltando a Dardot e Laval, a “nova razão do mundo” interfere no jogo democrático, onde diferentes projetos deveriam poder ser apresentados, votados e implantados. Estuda-se agora a entrada numa “era pós-democrática” (CASARA, 2018). A vitória da extrema direita na eleição de 2018 aprofunda o projeto destrutivo adotado nos anos 1980, agora com todas as sociopatias inerentes. O protagonismo estatal para modernização da sociedade e superação do conservadorismo apenas em dois momentos foi conduzido por projetos de um “partido dos pobres”, antes o PTB, depois o PT. Tentou-se adaptar o Desenvolvimentismo para ampliar avanços sociais, mas o conservadorismo em nossa sociedade é estrutural ocupa o “Brasil profundo” e soube se conformar a novos tempos. Não foi destruído e continua atuando para destruir seus antagonistas. Será preciso fazer diferente.

REFERÊNCIAS

- _____. *Do Grão ao Pão. O Trigo nas Relações entre o Brasil e a Argentina*. Rio de Janeiro: Publit, 2011
- _____. *Getúlio 1930-1945. Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013
- ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. *A Divisão Internacional do Trabalho e o Estado Novo*. In PONTES JR., Geraldo e PEREIRA, Victor Hugo Adler. *O Velho, o Novo, o Reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: De Letras, 2008.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*. São Paulo: Senac, Brasília: Funag, 2001.
- BASTOS, Pedro Paulo Zuhluth. *A Construção do Nacionalismo Econômico de Vargas*. In BASTOS, Pedro Paulo Zuhluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 2012.
- BENJAMIN, Cesar et al. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992
- BRASIL. Núcleo de Estudos Estratégicos. *Projeto Brasil 3 Tempos. Cadernos NAE, nº 1*. Brasília: Presidência da República, 2004.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil JK JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987
- CASARA, Rubens R. *Estado Pós-Democrático. Neo-Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 672017
- CASTELO, Rodrigo. *Social-liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª ed. revista e ampliada. Brasília: UnB, 2008
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional. Formação dos Conceitos Brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008
- COELHO, Frederico. Um Compromisso com a Alegria. *A Voz dos Manifestos Modernistas. Folha de São Paulo*, 25 de janeiro de 2015, Caderno Ilustríssima, pág. 3
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, Felipe. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964). Um Ensaio de Interpretação Histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *O que querem os Tenentes? In FIGUEIREDO, Luciano. História do Brasil para Ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 170-176
- FIORI, José Luís. *Em Busca do Dissenso Perdido. Ensaio Crítico sobre a Festejada Crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil* in BASTOS, Pedro Paulo Zuhluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 2012, p. 22-49
- GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- GUDIN, Eugênio. *Análise de Problemas Brasileiros 1958-1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1965
- HART, Michael e NEGRI, Antônio. *Bem-Estar Comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016
- LESSA, Carlos Frederico Theodoro Machado Ribeiro de. *A longa jornada por uma moradia. Valor Econômico*, 5 de fevereiro de 2014, pág. A11
- LIMA, J. L. *Políticas de Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995
- LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil. Uma Interpretação*. São Paulo: Senac, 2008
- MALAGUTI, Mirelli. *Estado e Economia: Uma leitura das teses dominantes*. Revista CADE, ano VIII, nº 14, p. 137-160. Rio de Janeiro: Faculdade Moraes Junior – Mackenzie Rio, 2008
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. Mexico: Siglo XXI, 1974
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Populismo*. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004
- NETO, Lira. *Getúlio 1882-1930. Dos Anos de Formação à Conquista do Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: Uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018
- POULANTZAS, Nicos. *Political Power and Social Classes*. Londres: NLB, 1975
- RIBEIRO, Darcy. *Aos Trancos e Barrancos. Como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985
- RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001
- RODRIGUES, Octavio. *O Estruturalismo Latino-Americano*. Tradução de Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009
- SALIBA, Elias Thomé. *Cultura/As Apostas na República*. In SCHWARCZ, Lília Moritz (coord.). *História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 3, A Abertura para o Mundo 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012
- SILVA, Hélio. *1889: A República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972
- SILVA, Salloma Salomão Jovino da. *Invisibilidade Histórica da Multidão no Brasil: A violência racial e a desmemória das lutas negras*. In SANTIAGO, Homero et. al. *Negri no Trópico 23° 26' 14"*. São Paulo: Editora da Cidade, 2017.
- SINGER, André. *A (falta de) Base Política para o Ensaio Desenvolvimentista*. In SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As Contradições do Lulismo. A que Ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- SINGER, André. *O Lulismo em Crise. Um Quebra-Cabeça do Governo Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018
- SINGER, Paul. *O Processo Econômico*. In SCHWARCZ, Lília Moritz (dir.). *História do Brasil Nação 1808-2010, vol. 5, REIS, Daniel Aarão (coord.). Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014
- SOUZA, Jessé. *Subcidadania Brasileira. Para entender o País além do Jeitinho Brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Mudança de Comando*. In FIGUEIREDO, Luciano. *História do Brasil para Ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 177-180
- VISCARDI, Cláudia M.R. *Nova Ordem, Velhos Pactos in FIGUEIREDO, Luciano. História do Brasil para Ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 165-169
- ZIBECCHI, Raúl. *Brasil Potência. Entre a Integração Regional e um Novo Imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012